

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.386.752 - RS (2018/0281815-9)

AGRAVANTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROCURADORA : PAULA DA SILVA RODRIGUES BRUM MARQUES E
OUTRO(S) - RS059857

AGRAVADO : VANESSA BRAUNER JAQUES

ADVOGADOS : LUCIANE MARIA PADOIN DIAS - RS048892
EDUARDO WEBER CORREA E OUTRO(S) - RS065912

DECISÃO

O Estado do Rio Grande do Sul interpõe agravo contra decisão que negou seguimento a seu recurso especial, com fundamento no art. 105, III, c, da Constituição Federal, com o objetivo de reformar acórdão assim ementado pelo Tribunal de Justiça Estadual (fl. 329):

AÇÃO ORDINÁRIA. RESPONSABILIDADE CIVIL. BOATE KISS. INCÊNDIO. MORTE DE IRMÃO. RESPONSABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. AUSÊNCIA DA DEVIDA FISCALIZAÇÃO. DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA.

I. O evento dos autos trata de fato público e notório, com ampla repercussão, inclusive internacional. Conforme relato da inicial, o irmão da parte autora encontrava-se na "Boate Kiss", no dia 27.01.2013, vindo a falecer em decorrência do incêndio ocorrido naquela data, o que causou a liberação da fumaça tóxica diante da combustão da espuma que revestia o estabelecimento.

II. A responsabilidade dos entes da administração pública, em regra, é objetiva, ou seja, independe de culpa, bastando a comprovação do prejuízo e do nexo de causalidade entre a ação (comissiva ou omissiva) e o dano. Inteligência do art. 37, § 6º, da Constituição Federal. No entanto, quando se trata de danos causados por omissão, é imperioso distinguir a omissão específica da omissão genérica. A omissão é específica quando o Estado, diante de um fato lesivo, tinha a obrigação de evitar o dano, sendo objetiva a responsabilidade. É genérica quando o Estado tinha o dever legal de agir, mas, por falta do serviço, não impede eventual dano ao seu administrado, razão pela qual, a responsabilidade é subjetiva, havendo necessidade de prova da culpa.

III. Na espécie, cuidando-se de omissão genérica, era ônus da parte autora a prova da culpa.

IV. Com efeito, restou devidamente comprovada a omissão estatal no que se refere à falta de fiscalização da "Boate Kiss" relativamente à prevenção de incêndio, o que pode ser configurado como concausa para os prejuízos causados, ainda que a razão principal para o início do evento trágico tenha sido a utilização de artefato pirotécnico utilizado por membro de banda que se apresentava naquela noite (Gurizada Fandangueira). Nesse sentido, o alvará de prevenção contra incêndio estava com a validade expirada desde 11.08.2012, isto é, aproximadamente cinco meses antes do fato. Ora, após ter o prazo expirado, competia ao ente público efetuar nova vistoria no local, de modo a identificar as irregularidades nas alterações estruturais daquele local, dentre estas, a instalação de espuma indevida, saídas de emergências insuficientes, bem como a expiração da validade dos extintores de incêndio que abasteciam o estabelecimento.

V. Aliás, é nítida a responsabilidade do Estado, através do Corpo de

Bombeiros da Brigada Militar, no que tange à prevenção e proteção contra incêndio. Inteligência da Lei Estadual nº 10.987/97 e Decreto nº 37.380/97.

VI. Desta forma, mostra-se evidente a responsabilidade do requerido pelo evento danoso, o qual resultou em mais de 800 vítimas entre mortos e feridos, uma vez que faltou a devida fiscalização por parte do Estado na referida casa noturna.

VII. Assim sendo, a hipótese dos autos reflete o dano moral *in re ipsa* ou dano moral puro, uma vez que o aborrecimento, o transtorno e o incômodo causados pela parte requerida são presumidos, especialmente considerando a morte de um irmão, conferindo o direito à reparação sem a necessidade de produção de outras provas. Fixação da indenização, tendo em vista a condição social da autora, o potencial econômico do réu, a gravidade do fato, o caráter punitivo-pedagógico da reparação e os parâmetros adotados por esta Câmara em casos semelhantes. A correção monetária incide a partir do presente arbitramento, na forma da Súmula 362, do STJ. Os juros moratórios contam-se a partir do evento danoso, por se tratar de relação extracontratual, observada a Súmula 54, do STJ.

VIII. Após a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade parcial do art. 52, da Lei nº 11.960/2009, a correção monetária das dívidas da Fazenda Pública, de natureza não tributária, deve observar a aplicação do IGP-M sobre as parcelas vencidas até 30.06.2009; entre 30.06.2009 e 25.03.2015, o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança; e, a partir de então, o IPCA-E. Os juros moratórios são devidos, até 10.01.2003, em 6% ao ano; a partir de 11.01.2003, de acordo com o art. 406, do Código Civil, ou seja, em 1% ao mês; após, com a vigência da Lei nº 11.960/2009 (30.06.2009), passam a incidir os juros aplicados às cadernetas de poupança.

X. Redimensionamento da sucumbência, considerando o integral decaimento do réu em suas pretensões, observados os arts. 85, §§ 2º e 3º, e 86, parágrafo único, do CPC. Como a presente ação foi ajuizada em 25.01.2016, fica o réu isento do pagamento das custas processuais (Taxa Única de Serviços Judiciais), nos termos do art. 5º, I, da Lei Estadual nº 14.634/2014.

APELAÇÃO PROVIDA.

Em suas razões especiais o Estado aponta divergência jurisprudencial no que diz respeito à responsabilidade civil dos entes públicos, relativamente ao rompimento do nexo de causalidade, em razão de fato exclusivo de terceiro, o que excluiria a responsabilidade do ente público, trazendo precedentes do STJ e do STF em apoio à sua tese.

Sustenta que, *in casu*, embora presentes os elementos, conduta do agente público e dano, o nexo de causalidade não se verificou, diante das posteriores mudanças promovidas nas instalações da respectiva casa noturna.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 422), e o recurso teve seguimento negado no Tribunal de origem (fls. 425-433), ensejando a interposição do presente agravo.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso (fls. 467-471).

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

No tocante à parcela recursal referente ao art. 105, III, c, da Constituição Federal, é necessário que a parte recorrente efetive o cotejo analítico da divergência entre os acórdãos em confronto.

Conforme a previsão do art. 255 do RISTJ, é de rigor a caracterização das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados, cabendo a quem recorre demonstrar tais circunstâncias, com indicação da similitude fática e jurídica entre os julgados, apontando o dispositivo legal interpretado nos arestos em cotejo, com a transcrição dos trechos necessários para tal demonstração. Em face de tal deficiência recursal, aplica-se o constante da Súmula n. 284 do STF.

No mesmo sentido, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTES REMUNERATÓRIOS. MATÉRIA EXCLUSIVA DE DIREITO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INSUFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF.

1. A apontada divergência deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial com base na alínea "c", III, do art. 105 da Constituição Federal.

2. Além disso, é impossível realizar o confronto dos acórdãos trazidos como paradigmas, sem que se especifique a lei contrariada pelo julgado recorrido.

3. Quanto à violação à Lei 8.880/1994, vejo que não é possível examiná-la, pois não foram indicados os dispositivos legais que teriam sido violados. Portanto, está caracterizada a deficiência na fundamentação do recurso. Dessa forma, sua pretensão esbarra no óbice da Súmula 284/STF.

4. Para que o julgador use a faculdade prevista no artigo 285-A do CPC, exige-se que a matéria controvertida seja exclusivamente de direito, que no juízo já tenha sido proferida sentença de total improcedência em casos idênticos, e que o respectivo teor seja reproduzido na novel decisão. No caso sub judice o Tribunal local atendeu todos os requisitos necessários para a aplicação da norma jurídica.

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(REsp n. 1.656.510/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 27/4/2017, DJe 8/5/2017.)

ADMINISTRATIVO. ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONFIGURAÇÃO DO ELEMENTO SUBJETIVO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO

N. 7 DA SÚMULA DO STJ. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DIVERGÊNCIA NÃO COMPROVADA.

I - O Tribunal a quo, ao decidir a controvérsia, considerou que, no caso concreto, "não há como negar que o então Prefeito Municipal de Forquethina, ora requerido, contratou de forma a possibilitar o desmembramento das aquisições, com vistas a "escapar" da exigência de licitação fato incontroverso nos autos"

II - A Corte a quo considerou que a parte recorrente, ex-prefeito, "autorizou a compra de medicamentos ao longo dos anos de 2006 e 2008 nos valores totais de R\$ 18.285,46 e R\$ 10.726,02, respectivamente, sem observar a exigência de licitação. Em diversas oportunidades, no decorrer dos exercícios de 2006 e 2008, o requerido autorizou a compra de medicamentos e produtos farmacêuticos de forma fragmentada, causando lesão ao erário público, eis que pelo Município de Forquethina foram suportados preços médios superiores àqueles pagos por outros municípios próximos" [...].

III - E, ainda, observou-se, no acórdão recorrido, que o depoimento do tesoureiro municipal "foi no sentido de que o controle interno (do qual ele fazia parte) do Município, o setor jurídico, a assistência social e o demandado tinham conhecimento de que a compra direta dos fármacos ultrapassava o valor máximo para a dispensa de licitação, bem como que o procedimento licitatório via pregão eletrônico gerava economia ao erário, situação que evidencia o agir no mínimo culposo - pela desídia com o dinheiro público - do então Prefeito Municipal. Nesse contexto, prudente salientar que os atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário dispensam a prova do dolo, sendo suficiente para a sua caracterização a presença de culpa".

IV - Assim, ao concluir pela responsabilidade do ex-prefeito, na execução das compras, bem como pela sua atuação, o fizeram com base na prova dos autos. Eventual conclusão, diversa da adotada pelas instâncias ordinárias, no âmbito do STJ, implicaria o reexame de todo o conjunto fático do processo, atuação que encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

V - A divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC/1973 e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do recurso especial com base na alínea c do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

VI - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp n. 940.174/RS, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 18/4/2017, DJe 27/4/2017)

Na hipótese, o recorrente não cuidou de fazer o necessário cotejo, limitando-se a citar ementas de julgados que têm como paradigma, o que impede o conhecimento do recurso com base nessa alínea do permissivo constitucional.

Ademais, ainda que se pudesse ultrapassar tal óbice, para análise

das argumentações esposadas pelo recorrente no intuito de infirmar e alterar o entendimento do juízo *a quo* acerca da matéria, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, considerando o seguinte entendimento por ele prestigiado:

Nesse sentido, como é de conhecimento geral, o alvará de prevenção contra incêndio concedido ao estabelecimento pelo Corpo de Bombeiros da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul estava com a validade expirada desde 11.08.2012, isto é, aproximadamente cinco meses antes do fato. Ora, após ter o prazo expirado, competia ao ente público efetuar nova vistoria no local, quando poderia ter identificado as irregularidades existentes, tais como alterações estruturais, instalação de espuma indevida, saídas de emergências visivelmente insuficientes e a expiração da validade dos extintores que abasteciam a boate.

Aliás, no que concerne à responsabilidade do Estado acerca da prevenção e proteção contra incêndio, cumpre transcrever os seguintes artigos da Lei Estadual nº 10.987/97:

[...]

Da mesma forma, o Decreto nº 37.380/97, em seu art. 42, e no Anexo Único, art. 32, destaca a responsabilidade do Corpo de Bombeiros da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul pelas inspeções de prevenção e proteção contra incêndio, nos seguintes termos:

[...]

Logo, diante da legislação citada, mostra-se evidente a responsabilidade do Estado pelo evento danoso, o que culminou em mais de 800 vítimas entre mortos e feridos, uma vez que faltou a devida fiscalização na referida casa noturna de Santa Maria.

Assim, embora pretendido pelo demandado, não há como afastar a sua responsabilidade pelos fatos narrados, ainda que a principal causa do evento danoso tenha sido a utilização do artefato pirotécnico, eis que lhe competia a devida fiscalização do local, conforme amplamente previsto na legislação, o que demonstra que o réu concorreu para os prejuízos causados a tantas pessoas.

Nesse panorama, na eventualidade de possível revisão do posicionamento *a quo*, a incidência do óbice sumular n. 7/STJ é de rigor. E mais, a questão também demandaria debate sobre legislação local, o que não é cabível no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula n. 280/STF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RI/STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator